

FRANCISCO SÉRGIO MAIA ALVES

LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS COMENTADA

ANÁLISE DA LEI Nº 14.133,
DE 1º DE ABRIL DE 2021,
ARTIGO POR ARTIGO,
SEGUNDO UMA VISÃO CRÍTICA E
PROSPECTIVA DA JURISPRUDÊNCIA
DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FRANCISCO SÉRGIO MAIA ALVES

PREFÁCIO BENJAMIN ZYMLER



FORUM

LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS COMENTADA

**ANÁLISE DA LEI Nº 14.133, DE 1º
DE ABRIL DE 2021, ARTIGO POR
ARTIGO, SEGUNDO UMA VISÃO
CRÍTICA E PROSPECTIVA DA
JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO**

Prefácio
Benjamin Zymler

A obra busca realizar uma análise detalhada da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, artigo por artigo, mediante a comparação de seu texto com o das normas licitatórias anteriores, com o objetivo de extrair os principais pontos de alteração e identificar as linhas mestras para a compreensão do novel estatuto licitatório.

O livro contém vários precedentes da jurisprudência do TCU, produzidos no contexto da Lei nº 8.666/1993, os quais são examinados conforme a sua aplicabilidade à atual ordem normativa.

Nesse sentido, a obra procura trazer uma visão prospectiva sobre como será a compreensão da nova lei pelo TCU, o que abre espaço para a sua contínua atualização em futuras edições, à medida que o Tribunal for apreciando casos envolvendo licitações e contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

Da mesma forma, os novos entendimentos serão confrontados com as reflexões da doutrina, das advocacias públicas e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, o que conduz à construção de um constante diálogo entre os fatos e a norma, a partir da visão de múltiplos intérpretes, na busca de sedimentação dos sentidos da lei.

Portanto, o diferencial do livro é traçar um panorama da ordem jurídica que se inaugura, a partir das compreensões do TCU, conforme a análise crítica do autor.

Assim, a obra se propõe a estar na vanguarda da interpretação vigente da lei, servindo de fonte de consulta a todos aqueles que atuem no segmento e se interessem pelo estudo acadêmico do tema.

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
CONTROLE EXTERNO; LICITAÇÃO; CONTRATO
ADMINISTRATIVO; CONTROLE;
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10003438

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A474l	Alves, Francisco Sérgio Maia
	Lei de Licitações e Contratos comentada: análise da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, artigo por artigo, segundo uma visão crítica e prospectiva da jurisprudência do Tribunal de Contas da União / Francisco Sérgio Maia Alves. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.
	707p. ; 17cm x 24cm. ISBN: 978-65-5518-464-8
	1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Controle Externo. 4. Licitação. 5. Contrato Administrativo. 6. Tribunal de Contas da União. I. Título.
2022-2225	CDD 341.3 CDU 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ALVES, Francisco Sérgio Maia. *Lei de Licitações e Contratos comentada: análise da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, artigo por artigo, segundo uma visão crítica e prospectiva da jurisprudência do Tribunal de Contas da União*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 707p. ISBN 978-65-5518-464-8.

Francisco Sérgio Maia Alves

Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em Engenharia Civil-Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Auditor Federal de Controle Externo no Tribunal de Contas da União desde 2000. Assessor de ministro no TCU. Advogado, palestrante e autor de diversos artigos jurídicos.

PREFÁCIO	
Benjamin Zymler	19
CAPÍTULO 1	
ABRANGÊNCIA DA LEI	23
1.1 Fundamento constitucional da lei e o conceito de normas gerais	24
1.2 Espaço de abrangência da nova lei.....	33
1.3 Afastamento da legislação nacional e adoção de normas específicas: licitações internacionais e gestão das reservas internacionais do país.....	36
1.4 Abrangência material da lei	40
1.4.1 Alienações	40
1.4.2 Concessão para utilização privativa de bem público	41
1.4.2.1 Concessão de uso de bem público.....	41
1.4.2.2 Concessão de direito real de uso	44
1.4.3 Locação	45
1.4.4 Permissão de uso.....	47
1.4.5 Serviços de publicidade	48
1.4.6 Demais objetos.....	48
1.4.7 Espaço de não incidência da nova lei.....	48
CAPÍTULO 2	
TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	49
2.1 Regras da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, aplicáveis às licitações.....	50
2.2 Regras da Lei nº 14.133/2021 envolvendo microempresas e empresas de pequeno porte.....	60
CAPÍTULO 3	
PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....	63
3.1 Teoria dos princípios	63
3.1.1 Teorias de Ronald Dworkin e Robert Alexy.....	65
3.1.2 Críticas às teorias de Ronald Dworkin e Robert Alexy	66
3.1.3 Problemas decorrentes do neoconstitucionalismo.....	69
3.1.4 Conceito de princípio na doutrina brasileira	70
3.2 Princípios licitatórios em espécie.....	70
3.2.1 Princípio da legalidade	71
3.2.2 Princípio da impessoalidade	73
3.2.3 Princípio da moralidade	74
3.2.4 Princípio da publicidade	76
3.2.5 Princípio da eficiência	78
3.2.6 Princípio do interesse público	82
3.2.6.1 Noção de interesse público	82
3.2.6.2 Existe o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado?.....	85
3.2.6.3 Concretização escalonada.....	88
3.2.6.4 Aplicação em concreto do princípio.....	90
3.2.6.5 Aplicação em concreto do princípio da supremacia do interesse público pelo TCU	91
3.2.7 Princípio da probidade administrativa	92
3.2.8 Princípio da igualdade	93
3.2.9 Princípio do planejamento	97
3.2.10 Princípio da transparência	99
3.2.11 Princípio da eficácia	100
3.2.12 Princípio da segregação de funções	101
3.2.13 Princípio da motivação	103
3.2.14 Princípio da vinculação ao edital	104
3.2.15 Princípio do julgamento objetivo	106
3.2.16 Princípio da segurança jurídica	107
3.2.16.1 Ideias gerais e evolução do princípio na legislação brasileira.....	108
3.2.16.2 O princípio da segurança jurídica e os contratos	114
3.2.16.3 O princípio da segurança jurídica e as sanções	118

3.2.16.4	O princípio da segurança jurídica em face da atuação do TCU no controle objetivo de atos e contratos	121
3.2.16.5	Manifestação do princípio da segurança jurídica na nova Lei de Licitações	128
3.2.16.6	Jurisprudência selecionada	128
3.2.17	Princípio da razoabilidade	129
3.2.18	Princípio da competitividade	131
3.2.19	Princípio da proporcionalidade	131
3.2.20	Princípio da celeridade	133
3.2.21	Princípio da economicidade	133
3.2.22	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	135

CAPÍTULO 4

DEFINIÇÕES.....		139
4.1	Conceito amplo de licitante	146
4.2	Alteração do conceito de obra.....	148
4.3	Serviços de engenharia.....	148
4.4	Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	150
4.5	Ampliação do conceito de notória especialidade.....	151
4.6	Estudo técnico preliminar	152
4.7	Termo de referência	153
4.8	Fornecimento e prestação de serviço associado	154
4.9	Institutos incorporados de normas especiais em matéria de contratações públicas.....	155
4.10	Diálogo competitivo	156
4.11	Credenciamento	156
4.12	Sobrepço.....	157
4.13	Superfaturamento	159
4.14	Reajustamento em sentido estrito.....	160
4.15	Repactuação.....	160
4.16	Agente de contratação.....	161

CAPÍTULO 5

DOS AGENTES PÚBLICOS		163
5.1	Das regras de nomeação dos agentes públicos destinados à execução da nova Lei de Licitações.....	163
5.2	Das pessoas e profissionais designados para dar impulso e auxiliar nos atos pertinentes à licitação e ao acompanhamento de contratos públicos.....	165
5.2.1	Do agente de contratação.....	166
5.2.2	Da comissão de contratação	167
5.2.3	Da estrutura interna de suporte às licitações e contratos públicos	168
5.2.4	Da contratação de terceiros para apoio aos atos praticados no âmbito das contratações públicas.....	168
5.3	Das vedações aos agentes públicos e terceiros responsáveis pela condução das contratações públicas.....	169
5.4	Da defesa das autoridades e servidores públicos perante as esferas administrativa, controladora ou judicial	170

CAPÍTULO 6

DO PROCESSO LICITATÓRIO.....		173
6.1	Objetivos.....	173
6.2	Aspectos formais.....	175
6.3	Publicidade	179
6.4	Vedações à participação	180
6.5	Consórcios.....	187
6.6	Cooperativas	191
6.7	Estruturação da licitação.....	195

CAPÍTULO 7

DA FASE PREPARATÓRIA		199
7.1	Da instrução do processo licitatório.....	199
7.1.1	Atividades de planejamento.....	199
7.1.2	Atribuições dos órgãos com competências regulamentares.....	203
7.1.3	Itens de consumo comuns e de luxo	207
7.1.4	Audiência e consulta públicas.....	208

7.1.5	Matriz de alocação de riscos.....	209	
7.1.6	Valor estimado da contratação.....	212	
7.1.7	Orçamento sigiloso	223	
7.1.8	Edital.....	224	
7.1.9	Margens de preferência.....	229	
7.2	Das modalidades de licitação.....	232	
7.2.1	Pregão.....	235	
7.2.2	Concorrência.....	236	
7.2.3	Concurso	236	
7.2.4	Leilão.....	236	
7.2.5	Diálogo competitivo	238	
7.3	Dos critérios de julgamento.....	240	
7.3.1	Julgamento por menor preço ou maior desconto.....	243	
7.3.2	Julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço.....	244	
7.3.3	Julgamento por maior retorno econômico	247	
7.4	Disposições setoriais.....	249	
7.4.1	Das compras	249	
7.4.2	Das obras e serviços de engenharia.....	255	
7.4.3	Dos serviços em geral.....	261	
7.4.4	Locação de imóveis.....	268	
7.4.5	Das licitações internacionais.....	270	
CAPÍTULO 8			
DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO.....			273
8.1	Controle prévio de legalidade dos atos administrativos da fase preparatória da licitação	274	
8.2	Publicidade do edital de licitação.....	278	
CAPÍTULO 9			
DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES.....			281
9.1	Prazos mínimos para apresentação de propostas e lances	283	
9.2	Modos de disputa	283	
CAPÍTULO 10			
DO JULGAMENTO			287
10.1	Verificação da conformidade das propostas	288	
10.2	Empate.....	292	
10.3	Negociação.....	294	
CAPÍTULO 11			
DA HABILITAÇÃO			297
11.1	Habilitação jurídica.....	305	
11.2	Habilitação técnica.....	305	
11.2.1	Qualificação técnico-profissional.....	307	
11.2.2	Qualificação técnico-operacional.....	310	
11.3	Habilitações fiscal, social e trabalhista.....	317	
11.4	Habilitação econômico-financeira	319	
11.5	Disposições gerais.....	324	
CAPÍTULO 12			
DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO.....			327
CAPÍTULO 13			
DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....			333
13.1	Do processo de contratação direta.....	333	
13.2	Da responsabilidade reintegratória.....	338	
13.3	Da inexigibilidade de licitação	340	
13.3.1	Contratação de fornecedor ou prestador de serviços exclusivo	342	
13.3.2	Contratação de profissional do setor artístico	344	
13.3.3	Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual designados na lei como empresa de notória especialização	345	
13.3.4	Contratação de objeto por credenciamento.....	348	
13.3.5	Aquisição ou locação de imóvel	349	
13.4	Da dispensa de licitação.....	351	
13.4.1	Obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores de baixo valor	355	
13.4.2	Outros serviços e compras de baixo valor.....	358	
13.4.3	Licitação deserta e licitação fracassada.....	359	

13.4.4	Bens, componentes ou peças necessárias à manutenção durante o prazo de garantia técnica.....	360
13.4.5	Bens, serviços, alienações ou obras no âmbito de acordo internacional	361
13.4.6	Produtos para pesquisa e desenvolvimento	362
13.4.7	Transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento.....	363
13.4.8	Hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis.....	364
13.4.9	Bens ou serviços produzidos ou prestados no país de alta complexidade tecnológica e defesa nacional	365
13.4.10	Materiais padronizados de uso das Forças Armadas	365
13.4.11	Bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior.....	366
13.4.12	Abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração.....	367
13.4.13	Coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda.....	368
13.4.14	Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos	368
13.4.15	Serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas mediante captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos e interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas	370
13.4.16	Aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras	370
13.4.17	Contratação no âmbito de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, instituições científica, tecnológica e de inovação e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento	371
13.4.18	Contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional.....	373
13.4.19	Casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.....	374
13.4.20	Casos de emergência ou de calamidade pública.....	376
13.4.21	Aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico.....	378
13.4.22	Intervenção no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento	382
13.4.23	Celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta.....	383
13.4.24	Contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).....	384
13.4.25	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica.....	387
13.4.26	Contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade	388
13.4.27	Contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação	389
13.4.28	Aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta, sua autarquia ou fundação	392
13.4.29	Dispositivos excluídos.....	394
13.4.30	Dispensas de licitação verificadas em outras leis.....	398
CAPÍTULO 14		
DAS ALIENAÇÕES		401
14.1	Licitação dispensada envolvendo bens imóveis da Administração Pública direta, autárquica e fundacional.....	405
14.1.1	Dação em pagamento	405

14.1.2	Doação para outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo.....	406
14.1.3	Doação para particulares	406
14.1.4	Permuta por outros imóveis que atendam aos requisitos relacionados às finalidades precípua da Administração.....	408
14.1.5	Investidura	410
14.1.6	Venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo.....	411
14.1.7	Alienação, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis residenciais no âmbito de programas de habitação ou de regularização fundiária de interesse social.....	412
14.1.8	Alienação, aforamento, concessão de direito real de uso, locação e permissão de uso de bens imóveis comerciais de âmbito local no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social	413
14.1.9	Alienação e concessão de direito real de uso de terras públicas rurais da União e do Incra ocupadas	414
14.1.10	Legitimação de posse de ocupante de terras públicas – Lei nº 6.983/1976.....	416
14.1.11	Legitimação fundiária e legitimação de posse de que trata a Lei nº 13.465, de 11.7.2017	417
14.2	Licitação dispensada envolvendo bens móveis da Administração Pública direta, autárquica e fundacional.....	418
14.2.1	Doação para fins e uso de interesse social.....	418
14.2.2	Permuta entre órgãos ou entidades da Administração Pública	419
14.2.3	Venda de ações	419
14.2.4	Venda de títulos.....	420
14.2.5	Venda de bens produzidos ou comercializados.....	420
14.2.6	Venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública	421

CAPÍTULO 15

DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES.....	423	
15.1	Do credenciamento	424
15.2	Da pré-qualificação	428
15.3	Do procedimento de manifestação de interesse	433
15.4	Do sistema de registro de preços.....	439
15.4.1	Cláusulas obrigatórias do edital da licitação para registro de preços.....	443
15.4.2	Critério de julgamento do menor preço por grupo de itens.....	451
15.4.3	Adjudicação por lote ou grupo de itens	453
15.4.4	Registro de preços apenas com indicação da unidade de contratação.....	454
15.4.5	Condições para o sistema de registro de preços.....	455
15.4.6	Registro de preços a partir de contratação direta.....	458
15.4.7	Registro de preços para obras e serviços de engenharia.....	458
15.4.8	Participação em ata de registro de preços	459
15.4.9	Adesão à ata de registro de preços.....	460
15.5	Do registro cadastral.....	464
15.5.1	Cadastro de atesto de cumprimento de obrigações contratuais	467

CAPÍTULO 16

DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	469	
16.1	Da formalização dos contratos.....	469
16.2	Das garantias	490
16.2.1	Seguro-garantia de execução.....	492
16.3	Alocação de riscos.....	500
16.4	Das prerrogativas da Administração	502
16.5	Duração dos contratos.....	505
16.5.1	Contratos de serviços e fornecimentos contínuos.....	508
16.5.2	Contratos decorrentes de dispensa de licitação com duração especial	511
16.5.3	Contratos de vigência indeterminada.....	512
16.5.4	Contratos que gerem receita e contratos de eficiência.....	513
16.5.5	Contratos de escopo	513
16.5.6	Prazos especiais.....	515
16.5.7	Contrato de fornecimento e prestação de serviço associado.....	515
16.5.8	Contrato de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação	516

16.6	Da execução dos contratos.....	517
16.6.1	Da fiscalização da execução dos contratos.....	521
16.6.2	Da responsabilidade contratual.....	526
16.6.3	Da subcontratação.....	531
16.6.4	Do dever da Administração de decidir as solicitações contratuais.....	532
16.7	Das alterações contratuais.....	533
16.7.1	Aditivos nos regimes de contratação integrada ou semi-integrada.....	547
16.7.2	Aditivos em razão de fato do príncipe.....	550
16.7.3	Repactuação.....	550
16.7.4	Apostilamento.....	553
16.8	Extinção dos contratos.....	553
16.9	Do recebimento do objeto do contrato.....	564
16.10	Dos pagamentos.....	568
16.10.1	Regras gerais de pagamento.....	568
16.10.2	Remuneração variável.....	572
16.10.3	Pagamento antecipado.....	574
16.10.4	Obrigações acessórias em matéria de pagamento.....	575
16.11	Das nulidades.....	575
16.12	Dos meios alternativos de resolução de controvérsias.....	581

CAPÍTULO 17

DAS IRREGULARIDADES.....		583
17.1	Das infrações e sanções administrativas.....	583
17.1.1	Dar causa à inexecução parcial do contrato.....	587
17.1.2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano.....	588
17.1.3	Dar causa à inexecução total do contrato.....	589
17.1.4	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.....	590
17.1.5	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.....	591
17.1.6	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação.....	592
17.1.7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.....	593
17.1.8	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.....	594
17.1.9	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.....	595
17.1.10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.....	597
17.1.11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.....	597
17.1.12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.....	598
17.1.13	Atraso injustificado na execução do contrato.....	600
17.2	Do processo administrativo para a configuração das infrações administrativas licitatórias e aplicação de sanção.....	601
17.2.1	Normas processuais da Lei Anticorrupção.....	601
17.2.2	Normas processuais da Lei nº 14.133/2021.....	604
17.3	Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos.....	611
17.3.1	Das impugnações e pedidos de esclarecimentos.....	611
17.3.2	Do sistema recursal.....	613

CAPÍTULO 18

DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES.....		617
18.1	Das principais noções sobre controle.....	619
18.2	Dos instrumentos de controle.....	622
18.3	Das disposições específicas aos órgãos de controle.....	629

CAPÍTULO 19

DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....		643
--	--	-----

CAPÍTULO 20

DAS NORMAS PENAIS.....		653
20.1	Do regime prescricional.....	657
20.2	Dos dispositivos excluídos.....	658

20.3	Das principais características das infrações penais licitatórias	659
20.4	Dos tipos penais	660
20.4.1	Contratação direta ilegal	660
20.4.2	Frustração do caráter competitivo de licitação	662
20.4.3	Patrocínio de contratação indevida	667
20.4.4	Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	669
20.4.5	Perturbação de processo licitatório	672
20.4.6	Violação de sigilo em licitação	674
20.4.7	Afastamento de licitante	675
20.4.8	Fraude em licitação ou contrato	677
20.4.9	Contratação inidônea	680
20.4.10	Impedimento indevido	681
20.4.11	Omissão grave de dado ou de informação por projetista	682
20.5	Das multas penais	684

CAPÍTULO 21		
DAS MODIFICAÇÕES OCORRIDAS EM DISPOSIÇÕES DE OUTRAS NORMAS		687

CAPÍTULO 22		
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS TRANSITÓRIAS		689
22.1	Centrais de compras	690
22.2	Atualização dos valores da lei	694
22.3	Dos prazos da lei	694
22.4	Da aplicação da nova lei à disciplina de convênios e instrumentos congêneres	695
22.5	Da aplicação da nova lei às licitações e contratos das empresas estatais	697
22.6	Da aplicação da nova lei às contratações de serviços de publicidade junto a agências de propaganda, às concessões de serviço público e às parcerias público-privadas	698
22.7	Da aplicação dos decretos federais pelos demais entes	698
22.8	Aplicação da nova lei às hipóteses em que há referência expressa a dispositivos do regime anterior	699
22.9	Incidência do regime jurídico anterior durante o período de vigência da lei nova	699
22.10	Incidência de ambos os regimes licitatórios durante o período de transição para aplicação da nova lei	700
22.11	Regime jurídico das licitações e contratos envolvendo bens imóveis do patrimônio da União	700
22.12	Dos dispositivos revogados	701
22.13	Da vigência do novo estatuto	701
REFERÊNCIAS		703